



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Ciências Econômicas

Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade

Curso de Especialização em Auditoria

CAMILA VIANA BRASIL

**PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES QUE ATUAM NOS SETORES DE
CONTABILIDADE DA UFMG SOBRE A APLICAÇÃO DA NORMA
BRASILEIRA DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO – NBC
TSP 07 – ATIVO IMOBILIZADO**

BELO HORIZONTE/MG

2019

Camila Viana Brasil

**PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES QUE ATUAM NOS SETORES DE
CONTABILIDADE DA UFMG SOBRE A APLICAÇÃO DA NORMA
BRASILEIRA DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO – NBC
TSP 07 – ATIVO IMOBILIZADO**

Monografia de especialização apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, como requisito para obtenção do título de Especialista em Auditoria.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jacqueline Veneroso Alves da Cunha

BELO HORIZONTE/MG

2019

Ficha Catalográfica

B823p
2019

Brasil, Camila Viana.
Percepção dos servidores que atuam nos setores de contabilidade da ufmg sobre a aplicação da norma brasileira de contabilidade aplicada ao setor público – nbc tsp 07 – ativo imobilizado [manuscrito] / Camila Viana Brasil. – 2019.
53 f. : il.

Orientadora: Jacqueline Veneroso Alves da Cunha .
Monografia (especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade.

Inclui bibliografia (f. 48-50) e apêndice.

1. Controladoria 2. Contabilidade I. Cunha, Jacqueline Veneroso Alves da. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade. III. Título.

CDD: 657

Ata da Sessão Pública de Defesa de Trabalho Final de **CAMILA VIANA BRASIL**, Nº de registro **2018716705**, aluna do Curso de Especialização em Controladoria e Contabilidade ênfase em Auditoria da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, a presidente da Banca Examinadora Prof. Jacqueline Veneroso Alves da Cunha abriu a sessão pública de Defesa de Trabalho Final de Camila Viana Brasil, intitulado **“A percepção dos Técnico-Administrativos lotados nos setores de contabilidade da UFMG sobre a aplicação da Norma Brasileira de Contabilidade aplicada ao Setor Público – NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado”**. A Banca Examinadora, indicada pelo Colegiado do Curso em dezembro de 2019 foi constituída pelos professores Jacqueline Veneroso Alves da Cunha (orientador) e João Estevão Barbosa Neto. A defesa constou da apresentação de seminário versando sobre o assunto do trabalho, seguido de arguição da aluna pelos membros da banca. Posteriormente, a banca examinadora reuniu-se em sala fechada para o julgamento final, tendo sido considerada APROVADA com nota/conceito 95 / A o Trabalho Final de Camila Viana Brasil. O resultado foi comunicado ao público presente pela Prof. Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, que, em seguida, declarou encerrada a sessão. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada pelos membros da Banca Examinadora.
Belo Horizonte, 2 de dezembro de 2019.

Prof. Jacqueline Veneroso Alves da
Cunha _____

Prof. João Estevão Barbosa Neto _____

RESUMO

A contabilidade pública brasileira vem passando por diversas mudanças desde a publicação da Lei 4320/64. A busca constante pela transparência e eficiência na gestão dos recursos tem exigido cada vez mais informações padronizadas a respeito da situação orçamentária, econômica e financeira dos entes públicos para orientar o processo de tomada de decisão. Em 2008 foram aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público com o objetivo de dar maior transparência e simetria as informações divulgadas nas demonstrações financeiras das entidades. Tais mudanças são em decorrência do processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos Padrões Internacionais. Este estudo teve como objetivo investigar a percepção dos servidores Técnico-administrativos lotados nas seções de contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em relação ao reconhecimento e a mensuração dos ativos imobilizados conforme disposto na NBC TSP 07. Para isto, foi realizado um estudo descritivo e com abordagem qualitativa e quantitativa. Utilizou-se de questionários estruturados para coleta de dados. Contribuíram para esta pesquisa 36 servidores. Os resultados da pesquisa evidenciaram que 30% da amostra desconhecem o processo de Convergência da Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e, em especial, a NBC TSP 07. Entretanto, os servidores acreditam que esse processo de convergência e a implementação das NBC TSP influenciam de forma positiva na qualidade das informações geradas e se mostraram interessados em apreender ou mesmo melhorar os seus conhecimentos a respeito dessa temática. Destaca-se, ainda, a importância do apoio da Instituição no processo de capacitação e melhoria do conhecimento entre os profissionais que atuam nas Seções de Contabilidade da Universidade, como a promoção de eventos e treinamentos sobre a temática apresentada.

Palavras-Chave: Imobilizado; Convergência Internacional; Setor Público; UFMG

ABSTRACT

Brazilian public accounting has undergone several changes since the publication of Law 4320/64. The constant search for transparency and efficiency in the management of resources requires more and more standardized information in compliance with the budgetary, economic and financial situation of public entities for guidance or decision-making process. In 2008, they were approved by the Federal Accounting Council as Brazilian Accounting Standards Applied to the Public Sector with the objective of greater transparency and symmetry as information disclosed in financial organizations. These changes are due to the process of convergence of Brazilian Accounting Standards to International Standards. This study aimed to investigate the perception of Technical-Administrative servers in the accounting sections of the Federal University of Minas Gerais (UFMG) in relation to the recognition and measurement of fixed assets according to NBC TSP 07. For this, a descriptive study was carried out and with a qualitative and quantitative approach. Use structured questionnaires for data collection. 36 servers contributed to this research. The results of the research showed that 30% of the unknown sample or the convergence process of Brazilian Accounting Standards Applied to the Public Sector and, in particular, an NBC TSP 07. However, civil servants judge this convergence process and the implementation of the NBC TSP they have a positive influence on the quality of the information generated and are interested in learning or even improving their knowledge about this topic. The importance of supporting the Institution in the process of training and improving knowledge among professionals who work in the Accounting Sections of the University is also highlighted, such as promoting events and training on the Publication theme.

Keywords: Fixed Assets; International convergence; Public sector; UFMG

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Participação em eventos a respeito das NBC TSP.....	34
Figura 2 – Conhecimento sobre o processo de Convergência das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	36
Figura 3 – Relevância dos critérios de mensuração e reconhecimento do Ativo Imobilizado apresentados na NBC TSP 07 no processo de geração da informação contábil de qualidade no Setor Público.....	38
Figura 4 – Conhecimento sobre a redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo imobilizado.....	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	17
Quadro 2 – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público após o processo de Convergência.....	19
Quadro 3 – Definições sobre ativo imobilizado, valor recuperável, valor depreciável, entre outros termos relevantes.....	21
Quadro 4 – Questões da Pesquisa.....	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Formação Acadêmica.....	32
Tabela 2 – Tempo de Experiência na Área Pública.....	33
Tabela 3 – Nível de conhecimento sobre a implementação da NBC TSP.....	34
Tabela 4 – Interesse em participar de eventos sobre as NBC TSP.....	35
Tabela 5 – Crença em que a Convergência Internacional no Setor Público resulta em benefícios para a Administração Pública.....	36
Tabela 6 – Nível de conhecimento sobre a NBC TSP 07 em relação ao processo de mensuração e reconhecimento de um item do ativo imobilizado.....	37
Tabela 7 – Conhecimento sobre o método de Reavaliação do ativo	39
Tabela 8 – Conhecimento em relação a mensuração do custo do item do ativo imobilizado na Instituição.....	42
Tabela 9 – Conhecimento sobre o Método de Depreciação utilizado pela Instituição.....	42
Tabela 10 – Existência de itens do ativo imobilizado que estão sendo utilizados, mas não estão sendo depreciados.....	44
Tabela 11 – Existência de itens do ativo imobilizado que não estão sendo utilizados, mas estão sendo depreciados.....	44

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AMMOC** – Associação de Municípios do Meio Oeste
- CFC** – Conselho Federal de Contabilidade
- DCF** – Departamento de Contabilidade e Finanças
- GA** - Grupo Assessor
- IFAC** - *International Federation of Accountants*
- IFAL** - Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Alagoas
- IFES** – Instituições Federais de Ensino Superior
- IPSASB** - *International Public Sector Accounting Standards Board*
- MCASP** – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
- MF** – Ministério da Fazenda
- NBCASP** - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
- NBC TSP** - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
- RCPGs** - Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público
- PCASP** - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público)
- SIAFI** - Sistema Integrado de Administração Financeira
- SICPAT** – Sistema Interno de Controle Patrimonial
- STN** - Secretaria do Tesouro Nacional
- THE** - *Times Higher Education*
- UFMG** – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	13
2.1 Contabilidade Aplicada ao Setor Público.....	13
2.2 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e o Processo de Convergência.....	15
2.3 NBC TSP 07 - Imobilizado.....	20
2.4 Pesquisas anteriores sobre a percepção dos Contadores em relação à utilização das normas Brasileiras de contabilidade aplicadas ao Setor Público.	25
3 METODOLOGIA.....	29
4 ANÁLISE DE DADOS.....	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SERVIDORES TÉCNICO- ADMINISTRATIVOS.....	51

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade pública brasileira vem passando por diversas mudanças desde a publicação da Lei 4320/64 que dispõe sobre as Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. A busca constante pela transparência e eficiência na gestão dos recursos tem exigido cada vez mais informações padronizadas a respeito da situação orçamentária, econômica e financeira dos entes públicos para orientar o processo de tomada de decisão, assim como facilitar a interpretação dos acontecimentos do setor público por parte dos usuários externos. (SILVA E ROSA, 2015; CAVALCANTE *et al.*, 2017)

Em 25 de agosto de 2008, o Governo Federal publicou a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184 dispondo sobre as diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos e práticas para elaboração e publicação dos demonstrativos contábeis em convergência aos padrões internacionais de contabilidade no Setor Público, respeitando os aspectos formais e conceituais estabelecidos pelo dispositivo legal (BRASIL, 2008).

Ainda em 2008, no dia 21 de novembro, foram aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), contendo diversos normativos relativos aos procedimentos e práticas contábeis dentre eles o 16.9 e o 16.10 que estabeleçam os critérios a serem adotados pelos entes públicos, a partir de 2010, para mensuração e reconhecimento da depreciação, amortização e exaustão e a avaliação, mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público, respectivamente.

Para Silva *et al.* (2012) essas normas contribuíram para a quebra de um paradigma no setor público, visto que inseriram novas práticas, com maior ênfase no patrimônio dos órgãos, possibilitando o conhecimento da situação real do patrimônio público. Alterando assim o enfoque da contabilidade pública, que até então estava voltado para os aspectos orçamentários, passando assim para o enfoque patrimonial.

No entanto, considerando o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos Padrões Internacionais, em 22 de setembro de 2017, foram revogadas as NBC TSP 16.9 e 16.10 e, foi aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, elaborada de acordo com a *International Public Sector Accounting Standards - IPSAS 17– Property, Plant, and Equipment*), que deverá ser aplicada pelas entidades do setor público a partir de 01 de janeiro de 2019. (CFC, 2017)

As mudanças propostas em decorrência de tal processo de convergência objetivam dar maior transparência e simetria às informações divulgadas nas demonstrações financeiras das entidades e sua implantação impactará diretamente na gestão patrimonial destes entes (SILVA E ROSA, 2015). Assim, considerando o impacto da implantação desses procedimentos nas Instituições Federais de Ensino – IFES surge a seguinte questão que norteará esta pesquisa: Qual a percepção dos Técnico-Administrativos que atuam no setor de contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais em relação aos procedimentos de reconhecimento e a mensuração dos ativos imobilizados de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP 07?

Para responder a questão de pesquisa foi traçado o seguinte objetivo geral: investigar a percepção dos Técnico-administrativos lotados nas seções de contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais em relação ao reconhecimento e a mensuração dos ativos Imobilizados conforme disposto na NBC TSP 07. E, como objetivos específicos: identificar o nível de conhecimento apresentado pelos Técnico-administrativos em relação ao reconhecimento e a mensuração dos ativos imobilizados da instituição e verificar a aplicabilidade e implementação do processo de convergência das NBC TSP na Universidade.

A presente pesquisa é baseada no estudo realizado por Cavalcante *et al.* (2017), no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Alagoas (IFAL), cuja proposta foi investigar a percepção dos contabilistas do IFAL sobre a utilidade dos critérios e procedimentos para avaliação e mensuração de ativos e passivos relacionados na NBCT 16.10.

Em virtude das mudanças ocorridas nas práticas contábeis aplicadas ao setor público, justifica-se a realização deste trabalho, tendo em vista a importância do

conhecimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público na contabilização e na correta evidenciação dos fatos contábeis relacionados diretamente ao controle do patrimônio público.

Além disso, o estudo da percepção dos servidores da UFMG em relação aos critérios de mensuração e reconhecimento do imobilizado é relevante para identificar o nível de conhecimento e se está sendo realizada a preparação dos profissionais que atuam diretamente com a contabilização dos fatos contábeis relacionados aos bens permanentes da instituição, face às mudanças de conduta exigidas pelo processo de convergência dos procedimentos contábeis aplicados ao setor público.

A pesquisa encontra-se estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo introdução com questão, objetivos e justificativa. O segundo trata-se de uma revisão da literatura com as definições de contabilidade pública, os processos de convergência, os normativos contábeis relacionados à mensuração e avaliação do imobilizado e os estudos anteriores sobre esse tema. O terceiro capítulo traz os aspectos metodológicos que possibilitaram a realização desta pesquisa. O quarto capítulo apresenta uma análise dos resultados obtidos a partir da aplicação de questionários junto aos servidores técnico-administrativos lotados nas Seções de Contabilidade da UFMG. O quinto e último capítulo apresenta as considerações finais, com conclusões e sugestões para pesquisas posteriores.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste tópico serão apresentados a literatura acerca da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e os normativos contábeis aplicados a esse setor, em especial a NBC TSP 07 que trata do ativo imobilizado. Em complementação, destacam-se os estudos anteriores relacionados ao objetivo da pesquisa.

2.1 Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Lima e Castro (2007) entendem a Contabilidade Pública como uma ramificação da Contabilidade que tem por objetivo aplicar os conceitos, Princípios e

Normas Contábeis na gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos Órgãos e Entidades da Administração Pública, no intuito de oferecer à sociedade o conhecimento amplo sobre a gestão da coisa pública, de forma transparente e acessível. (LIMA; CASTRO, 2007). Em outros termos, Kohama (2006, p.25) define a Contabilidade Pública como:

[...] um dos ramos mais complexos da ciência contábil e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios e respectivas autarquias, através de metodologia especialmente concebida para tal.

De acordo com Art. 83 da Lei 4320 de 1964 “a contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados”. A organização e o registro de todos os fatos contábeis permitem acompanhar a execução orçamentária e financeira, conhecer a composição patrimonial do ente público, determinar os custos dos serviços, levantar os demonstrativos contábeis e analisar e interpretar os resultados econômicos e financeiros do ente público, conforme disposto no Art. 86 da referida lei (BRASIL,1964).

Aprimorando esses conceitos, o CFC, por meio da aprovação da NBC TSP Estrutura Conceitual, em 2016, define que o objetivo das demonstrações contábeis das entidades do setor público é fornecer informações úteis sobre a entidade voltadas para os usuários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*), bem como para o processo de tomada de decisão.

Ainda, conforme disposto na NBC TSP Estrutura Conceitual:

Os RCPGs são os componentes centrais da transparência da informação contábil dos governos e de outras entidades do setor público, aprimorando-a e favorecendo-a. Os RCPGs são relatórios contábeis elaborados para atender às necessidades dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários (CFC, 2016).

Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público são compostos por múltiplos relatórios, abrangendo as demonstrações contábeis, incluindo as suas notas explicativas, assim como a apresentação de informações que aperfeiçoam, complementam e suplementam as demonstrações contábeis. (CFC, 2016).

Cabe destacar que os RCPG's além de trazer informações da situação patrimonial como ora mencionado, fornecem também informações sobre o desempenho da entidade como, por exemplo, as avaliações de questões relacionadas à economicidade e a utilização da eficácia e eficiência no alcance dos seus objetivos de prestação de serviços. Além de informações sobre os fluxos de caixa que contribui para a avaliação do desempenho, da liquidez e da solvência do ente público (CFC, 2016).

2.2 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e o Processo de Convergência

Cada vez mais a sociedade vem demandando do Setor Público a prestação de serviços de alta qualidade a baixo custo e transparência na execução dos seus recursos. Para atender a essa demanda, destaca-se a necessidade da uniformidade das informações contábeis na esfera pública, baseando-se na padronização das normas contábeis do setor privado. A implantação dos padrões internacionais de contabilidade contribui significativamente para viabilizar a comparação dos demonstrativos contábeis gerados pelas entidades que integram o setor público, e a uniformização e simetria dos procedimentos possibilitam o aumento da confiabilidade e transparência das informações (SILVA E ROSA, 2015).

Por esse motivo, desde 2002, o *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB), órgão nomeado pelo (*IFAC*)¹ *International Federation of*

¹ *IFAC International Federation of Accountants* fundada em 1977, é o órgão responsável pela emissão das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, conhecidas como *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS). Sua missão é atender o interesse público; fortalecer a profissão de contabilidade e contribuir para o desenvolvimento de economias internacionais fortes. (IFAC, 2019)

Accountants, tem emitido normas internacionais de Contabilidade para o setor público. De acordo com Silva e Rosa (2015, p.4) as IPSAS “são normas que visam à elaboração de demonstrações contábeis de alta qualidade para uso por entidades da esfera pública nos mais diversos países”.

Em 25 de agosto de 2008, foi elaborada a Portaria do MF nº 184, dispendo sobre as diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A referida Portaria determinou à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) o desenvolvimento de ações para promover a convergência às normas internacionais de contabilidade publicadas pela IFAC e às normas brasileiras editadas pelo CFC tais como:

- I - identificar as necessidades de convergência às normas internacionais de contabilidade publicadas pela IFAC e às normas Brasileiras editadas pelo CFC;
- II - editar normativos, manuais, instruções de procedimentos contábeis e Plano de Contas Nacional, objetivando a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas, em consonância com os pronunciamentos da IFAC e com as normas do Conselho Federal de Contabilidade, aplicadas ao setor público;
- III - adotar os procedimentos necessários para atingir os objetivos de convergência estabelecido no âmbito do Comitê Gestor da Convergência no Brasil, instituído pela Resolução CFC nº 1.103, de 28 de setembro de 2007. (BRASIL, 2008).

Assim sendo, em 21 de dezembro de 2008 o CFC aprovou as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, nomeadas de NBC T 16, conforme disposto no Quadro 1. Inicialmente, foram elaboradas dez normas e, posteriormente, em 25 de novembro de 2011, foi publicada a NBC TSP 16.11 que trata sobre o sistema de Informação de Custos do Setor Público.

Quadro 1 - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

NBC T	NORMA
NBC T 16.1	Conceituaçõa, Objeto e Campo de Aplicação
NBC T 16.2	Patrimônio e Sistemas Contábeis
NBC T 16.3	Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil
NBC T 16.4	Transações no Setor Público
NBC T 16.5	Registro Contábil
NBC T 16.6	Demonstrações Contábeis
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.8	Controle Interno
NBC T 16.9	Depreciação, Amortização e Exaustão
NBC T 16.10	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos no Setor Público

Fonte: Adaptado de CFC (2019)

Posteriormente à edição das NBCs T 16, a STN foi incorporando gradualmente aos entes públicos nacionais os preceitos estabelecidos nestas normas. E, a partir dessas normas, construiu um modelo contábil cuja primeira fase de implementação foi concretizada no exercício de 2015 para a maioria dos entes públicos brasileiros. Esse novo modelo, contendo alguns conceitos das normas internacionais, resultou na adoção de um plano de contas único o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e na reestruturação das demonstrações contábeis das entidades públicas (CFC, 2017).

Não obstante toda a revolução ocorrida no modelo contábil governamental foi observado que seria necessário dar continuidade ao processo de convergência às normas internacionais. A necessidade de normas aplicadas a casos específicos do setor público, as limitações conceituais apresentadas pelas NBCs T 16 e a conclusão da convergência das normas no setor privado estimularam a continuação do processo de convergência para o setor público (CFC, 2017).

Assim, em 2015, o CFC reformulou o Grupo Assessor responsável pelos estudos das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público – GA NBC TSP -, com o intuito de impulsionar o processo de convergência das normas contábeis do setor público aos padrões internacionais. Nesta nova fase, o trabalho do GA NBC TSP em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) tem sido o de harmonizar as normas internacionais (*International Public Sector Accounting Standards* – IPSAS) à realidade brasileira (CFC, 2017).

O planejamento do GA prevê a aprovação de trinta e cinco normas até 2021, resultado da convergência de trinta e cinco IPSASs. A Estrutura Conceitual e mais dez normas foram aprovadas até 2017 e já estão em vigor. Outras onze normas foram aprovadas em 2018 e entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, conforme Quadro 2.

Quadro 2: Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público após o processo de convergência

NBC	Resolução CFC	Nome da Norma	Correlação - IFAC	Vigência
NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	DOU 04/10/16	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público	Conceptual Framework	-
NBC TSP 01	DOU 28/10/16	Receita de Transação sem Contraprestação	IPSAS 23	A partir de 01/01/2017
NBC TSP 02	DOU 28/10/16	Receita de Transação com Contraprestação	IPSAS 9	A partir de 01/01/2017
NBC TSP 03	DOU 28/10/16	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IPSAS 19	A partir de 01/01/2017
NBC TSP 04	DOU 06/12/16	Estoques	IPSAS 12	A partir de 01/01/2017
NBC TSP 05	DOU 06/12/16	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	IPSAS 32	A partir de 01/01/2017
NBC TSP 06	DOU 28/9/17	Propriedade para Investimento	IPSAS 16	A partir de 01/01/2019
NBC TSP 07	DOU 28/9/17	Ativo Imobilizado	IPSAS 17	A partir de 01/01/2019
NBC TSP 08	DOU 28/9/17	Ativo Intangível	IPSAS 31	A partir de 01/01/2019
NBC TSP 09	DOU 28/9/17	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa	IPSAS 21	A partir de 01/01/2019
NBC TSP 10	DOU 28/9/17	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa	IPSAS 26	A partir de 01/01/2019
NBC TSP 11	DOU 31/10/18	Apresentação das Demonstrações Contábeis	IPSAS 1	A partir de 01/01/2019
NBC TSP 12	DOU 31/10/18	Demonstração dos Fluxos de Caixa	IPSAS 2	A partir de 01/01/2019
NBC TSP 13	DOU 31/10/18	Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis	IPSAS 24	A partir de 01/01/2019
NBC TSP 14	DOU 31/10/18	Custos de Empréstimos	IPSAS 5	A partir de 01/01/2019
NBC TSP 15	DOU 31/10/18	Benefícios a Empregados	IPSAS 39	A partir de 01/01/2019
NBC TSP 16	DOU 31/10/18	Demonstrações Contábeis Separadas	IPSAS 34	A partir de 01/01/2021
NBC TSP 17	DOU 31/10/18	Demonstrações Contábeis Consolidadas	IPSAS 35	A partir de 01/01/2021
NBC TSP 18	DOU 31/10/18	Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	IPSAS 36	A partir de 01/01/2021
NBC TSP 19	DOU 31/10/18	Acordos em Conjunto	IPSAS 37	A partir de 01/01/2021
NBC TSP 20	DOU 31/10/18	Divulgação de Participações em Outras Entidades	IPSAS 38	A partir de 01/01/2021
NBC TSP 21	DOU 31/10/18	Combinações No Setor Público	IPSAS 40	A partir de 01/01/2021

Fonte: Adaptado de CFC (2019)

Em 2019, serão aprovadas mais quatro normas. Cinco normas em 2020 e, concluindo o cronograma inicial, quatro normas em 2021, ano em que serão incluídas no planejamento do GA, as novas normas que forem publicadas pelo IPSASB/IFAC.

2.3 NBC TSP 07 - Imobilizado

A NBC TSP 07 tem como objetivo estabelecer o tratamento contábil para os ativos imobilizados, de maneira que os usuários das demonstrações contábeis possam diferenciar a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas variações (CFC, 2017).

Durante o processo de contabilização do ativo imobilizado devem ser consideradas as seguintes questões: “(a) o reconhecimento dos ativos, (b) a determinação dos seus valores contábeis e (c) os valores de depreciação e de perdas por redução ao valor recuperável a serem reconhecidos em relação a eles” (CFC, 2017, p.2). De acordo com a NBC TSP 07 para cada classe de ativo imobilizado, as demonstrações devem divulgar:

- (a) os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto; (b) os métodos de depreciação utilizados;
- (c) as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas;
- (d) o valor contábil bruto e a depreciação acumulada (acrescidas das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas) no início e no final do período; e
- (e) a conciliação do valor contábil no início e no final do período. (CFC, 2017, p.17)

No intuito de facilitar o entendimento e aplicabilidade da NBC TSP 07, a mesma apresenta em sua estrutura textual definições sobre ativo imobilizado, valor contábil, valor depreciável, entre outros termos relevantes, apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 - Definições sobre ativo imobilizado, valor contábil, valor depreciável, entre outros termos relevantes

TERMOS	DEFINIÇÕES
Classe de ativo imobilizado	Significa um agrupamento de ativos de natureza ou função similares nas operações da entidade, que é mostrado como um único item para fins de divulgação nas demonstrações contábeis.
Ativo imobilizado	É o item tangível que: (a) é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel a terceiros (exceto se estiver no alcance da NBC TSP 06), ou para fins administrativos; e (b) se espera utilizar por mais de um período contábil.
Valor contábil	Montante pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.
Valor depreciável	Custo do ativo ou outro montante que substitua seu custo, menos seu valor residual.
Valor recuperável	É o maior valor entre o valor justo do ativo gerador de caixa líquido de despesas de venda e o seu valor em uso.
Valor recuperável de serviço	É o maior valor entre o valor justo do ativo não gerador de caixa líquido de despesas de venda e seu valor em uso.
Valor residual do ativo	Montante estimado que a entidade obterá com a alienação do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade, a condição e o tempo de uso esperados para o fim de sua vida útil.
Vida útil	(a) o período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para a utilização pela entidade; ou (b) o número de unidades de produção ou de unidades similares que a entidade espera obter pela utilização do ativo.
Depreciação	Alocação sistemática do valor depreciável de ativo ao longo da sua vida útil.
Perda por redução ao valor recuperável de ativo gerador de caixa	Montante pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.
Perda por redução ao valor recuperável de ativo não gerador de caixa	Montante pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável de serviço.

Fonte: Adaptado de CFC (2019)

Conforme disposto na NBC TSP 07 o reconhecimento do custo do item do ativo imobilizado como ativo, deve seguir os seguintes critérios: (i) for provável que benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços associados ao item fluirão para a entidade; e (ii) o custo ou o valor justo do item puder ser mensurado confiavelmente (CFC, 2019).

Entretanto, a NBC TSP 07 não estabelece qual é a unidade para o reconhecimento, ou seja, aquilo que constitui um item do imobilizado. Sendo assim, faz-se necessário exercer julgamento ao aplicar os critérios de reconhecimento de acordo com a especificidade de cada entidade. “Pode ser apropriado agregar itens individualmente insignificantes, tais como livros de biblioteca, periféricos de computadores e pequenos itens de equipamento, e aplicar o critério ao valor agregado” (CFC, 2019).

Outrossim, seguindo esse critério de reconhecimento, a entidade deve avaliar, todos os custos dos ativos imobilizados no momento em que são incorridos. Tais como: os custos incorridos inicialmente para adquirir ou construir um item do ativo imobilizado e os custos incorridos posteriormente para adicionar, substituir suas partes ou prestar manutenção a ele (CFC, 2019).

Salienta-se que, segundo o critério de reconhecimento ora mencionado a entidade não deve reconhecer no valor contábil de item do ativo imobilizado os gastos de manutenção usual. Esses gastos, assim que incorridos, devem ser

reconhecidos no resultado do período. São caracterizados como gastos de manutenção usual os gastos com a finalidade de reparo e manutenção de item do ativo imobilizado, tais como os gastos de mão de obra e produtos consumíveis, podendo incluir nesta rubrica os gastos de pequenas peças (CFC, 2019).

De acordo com a NBC TSP 07, o custo do item do ativo imobilizado compreende:

[...] (a) seu preço de compra, acrescido de impostos de importação e tributos não recuperáveis sobre a compra, após deduzidos os descontos comerciais e abatimentos; (b) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições necessárias para ele ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração; (c) a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual esse está localizado (CFC, 2017, p.7).

Nesse contexto, são exemplos de custos diretamente atribuíveis: os custos de preparação do local; custos de frete e de manuseio (para recebimento e instalação); custos de instalação e montagem; entre outros (CFC, 2017).

Cabe ressaltar que o “reconhecimento dos custos no valor contábil de item do ativo imobilizado cessa quando o item está no local e nas condições operacionais pretendidas pela administração” (CFC, 2017, p.7). Sendo assim, “os gastos incorridos no uso ou na transferência ou reinstalação de item do ativo imobilizado não são incluídos no seu valor contábil” (CFC, 2017, p.7).

A mensuração do custo de item do ativo imobilizado é determinada pelo seu preço à vista ou, o seu valor justo na data do reconhecimento. Entretanto, se o item for adquirido a prazo, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser reconhecida como despesa de juros durante o prazo de financiamento, a não ser que tais juros sejam passíveis de capitalização (CFC, 2017).

Após reconhecimento do bem como um item do ativo imobilizado, a entidade deverá escolher entre o modelo de custo e o modelo de reavaliação para mensuração do custo de tal bem. A política contábil escolhida deverá ser aplicada em toda a classe de ativos imobilizados (CFC, 2017).

No modelo do custo, o item do ativo imobilizado deve ser reconhecido pelo custo menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada. Já no modelo de reavaliação, o item do ativo imobilizado no qual o valor justo possa ser mensurado confiavelmente, deve ser reconhecido pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo na data da reavaliação deduzido os valores de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes (CFC, 2017).

Destaca-se que se o item do ativo imobilizado for reavaliado, toda a classe do ativo imobilizado à qual esse ativo pertence deve ser reavaliada. Entende-se por classe de ativo imobilizado o agrupamento de ativos que apresentam natureza e uso semelhantes nas operações da entidade. São exemplos de classes: terrenos; edifícios operacionais; estradas; maquinários; entre outros (CFC, 2017).

Se, após aplicação do modelo de reavaliação, ocorrer aumento do valor contábil da classe do ativo, tal aumento deve ser contabilizado diretamente à conta de reserva de reavaliação, no Patrimônio Líquido da entidade. Entretanto, se o aumento for em virtude de reversão de decréscimo por reavaliação do mesmo ativo anteriormente reconhecido no resultado, esse acréscimo deverá ser reconhecido diretamente no resultado (CFC, 2017).

Todavia, se o valor contábil da classe do ativo diminuir em virtude da reavaliação, essa diminuição deve ser reconhecida no resultado do período. Entretanto, se houver saldo na conta de reserva de reavaliação, a diminuição do ativo deve ser contabilizada diretamente à conta de reserva de reavaliação até o limite de qualquer saldo existente nessa referida conta relativa àquela classe de ativo (CFC, 2017).

Outro assunto relevante e abrangido pela NBC TSP é a depreciação dos ativos imobilizados. Nessa Norma estão definidos os critérios de reconhecimento e os métodos de depreciação, além dos entendimentos a respeito de vida útil, valor depreciável do item do ativo imobilizado.

Conforme o MCASP 2018 a depreciação “é a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência”. Para Carvalho e Cecatto (2011, p.818), a depreciação é “o custo ou

despesa decorrente do desgaste ou da obsolescência dos ativos imobilizados, tais como máquinas, veículos, edifícios e instalações”.

Corroborando com esse conceito, Nascimento (2007, p.70) entende a depreciação dos bens do ativo imobilizado como “a diminuição parcelada do valor dos elementos ali classificáveis, resultante do desgaste pelo uso, da ação da natureza ou de obsolescência normal”.

A NBC TSP 07 determina que o “montante da depreciação de cada período deve ser reconhecido no resultado do período, a menos que seja incluído no valor contábil de outro ativo”. E o “valor depreciável do ativo deve ser alocado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada” (CFC, 2017, p.12).

A vida útil de um ativo está relacionada ao período de tempo em que se espera utilizá-lo e a sua estimativa está relacionada com a capacidade de julgamento da entidade. Nesse sentido, o CFC (2017) entende que:

A vida útil do ativo deve ser definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos da entidade pode considerar a alienação de ativos após determinado período ou após o consumo da proporção específica de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços incorporados no ativo. Por isso, a vida útil do ativo pode ser menor do que a sua vida econômica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de julgamento baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes (CFC, 2017, p.13).

É oportuno salientar que a “depreciação do ativo se inicia quando esse está disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento, na forma pretendida pela administração” (CFC, 2017, p.13). No entanto, a depreciação do ativo cessa quando o ativo é desreconhecido. Assim sendo, a depreciação não encerra quando o ativo se torna ocioso ou é retirado de uso e mantido à disposição, a menos que o ativo esteja totalmente depreciado (CFC, 2019).

A NBC TSP 07 define que “o valor contábil de item do ativo imobilizado deve ser desreconhecido: (a) por ocasião de sua alienação; ou (b) quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços com a sua utilização ou alienação” (CFC, 2017,p.15).

Em relação aos métodos de depreciação, a NBC TSP 07 informa que vários métodos podem ser utilizados para determinar o valor depreciável do ativo, tais como o método linear, o método dos saldos decrescentes e o método de unidades produzidas.

A depreciação pelo método linear resulta em uma taxa constante ao longo da vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere. O método dos saldos decrescentes resulta em uma taxa decrescente ao longo da vida útil. O método de unidades produzidas resulta em uma taxa baseada no uso ou produção esperados (CFC, 2017, p.14).

Nesse sentido, a entidade deve escolher o método de depreciação que melhor demonstre o padrão esperado do consumo dos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços gerados. Ressalta-se que, após escolhido o método, a entidade deve aplicá-lo durante todo o período e só poderá alterá-lo caso haja mudança no padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros ou alteração no potencial de serviços gerados (CFC, 2019).

De acordo com o Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI, 2010), “o cálculo da depreciação nos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas será realizado pelo sistema de controle patrimonial de cada órgão”. Considerando que a informação gerada pelo ente público deve ser consistente e comparável, o método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional será o das quotas constantes, ou método linear.

2.4 Pesquisas anteriores sobre a percepção dos Contadores em relação à utilização das normas Brasileiras de contabilidade aplicadas ao Setor Público.

No intuito de demonstrar a percepção dos contadores em relação a utilização das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público realizou-se o levantamento dos estudos relacionados a essa temática e verificou-se que já existem na literatura pesquisas com esse objetivo.

O estudo realizado por Ribeiro e Bizerra (2011) teve por objetivo investigar a percepção dos contadores governamentais das Instituições Federais de Ensino do

Estado do Rio de Janeiro sobre as melhorias que a contabilidade pode gerar para a gestão pública em decorrência da convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os achados identificaram que 83% dos contadores acreditam nos benefícios e nas vantagens nas vantagens que estas mudanças produzirão para a contabilidade pública e para a gestão pública.

Silva e Rosa (2015) em sua pesquisa identificaram a percepção de contadores de prefeituras municipais do Estado de Santa Catarina em relação aos aspectos de convergências da contabilidade no setor público a partir do enfoque sobre a implantação do sistema de custos nesse setor. Os resultados evidenciaram que a percepção dos contadores municipais é positiva, ou seja, reconhecem a importância da implantação de um sistema de custos para a administração pública. No entanto, apenas 01 (uma) prefeitura municipal implantou um sistema de contabilidade de custos e 14 (quatorze) estavam em processo de implantação.

Na pesquisa realizada por Piccoli e Klann (2015), os autores buscaram identificar a percepção dos contadores públicos dos municípios da região da Associação de Municípios do Meio Oeste (Ammoc), Santa Catarina, em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), com base em três áreas: sistema de informação, atualização profissional e a mudança de cultura operacional. Os achados demonstraram que metade dos profissionais reconhece ter conhecimento amplo das normas aplicadas ao setor público. No entanto, a maioria entende que as normas são importantes para o setor; porém, seu entendimento ainda precisa ser aprimorado, como é o caso da aplicação de critérios de depreciação, elaboração das demonstrações e notas explicativas.

No estudo de Marques (2017) o objetivo foi identificar a percepção de contadores e de diretores atuantes em Departamentos de Contabilidade e Finanças (DCF) de universidades federais em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os resultados do estudo confirmaram que as NBCASP estão em fase de implementação nas universidades e que, para alguns itens, não é possível o atendimento por falta de adequação de sistemas ou falta de metodologia definida. Nesse sentido, concluiu que o atendimento pleno às NBCASP ainda não é uma realidade no setor público. No geral, a percepção dos profissionais em relação às NBCASP é positiva, com o reconhecimento de vantagens para o

registro e divulgação das informações, e demonstra iniciativas, por parte dos profissionais, para seu pleno atendimento com perspectivas de utilidade por parte dos gestores.

A pesquisa realizada por Cavalcanti *et al.* (2017) apresentou a percepção dos contabilistas do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Alagoas (IFAL) sobre a utilidade dos critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos relacionados nas NBC T 16.10. Os resultados apontaram que a percepção dos contabilistas do IFAL é positiva e a maioria dos respondentes reconhece que os critérios de avaliação e mensuração dos ativos e passivos discriminados na NBC TSP 16.10, quando implantados, promovem a melhoria da qualidade da informação contábil no setor público. No entanto, poucos profissionais implementam tais critérios nas práticas contábeis que realizam na instituição.

Morás e Klann (2018) em seu estudo procuraram analisar a relação entre a percepção dos contadores públicos sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSPs) e as características dos respondentes e dos municípios do Estado de Santa Catarina. Os autores apresentaram como resultado da pesquisa que os profissionais com especialização e com o maior número de entidades sob sua responsabilidade profissional apresentaram uma percepção elevada sobre as mudanças ocorridas na contabilidade aplicada ao setor público. Sendo assim, o estudo concluiu que a formação profissional pode ser determinante para que o contador perceba a importância deste processo de adoção das NBC TSPs.

A partir dos estudos apresentados pode-se depreender, que o objetivo proposto por esta pesquisa de investigar a percepção dos Técnicos-administrativos lotados nas seções de contabilidade da UFMG em relação ao reconhecimento e a mensuração dos ativos Imobilizados conforme disposto na NBC TSP 07 é relevante, em virtude da importância da implementação das NBC TSP para a melhoria da qualidade da informação gerada pelos entes públicos. Destaca-se também, a percepção positiva dos contadores em relação ao processo de convergência da Contabilidade aplicada ao setor público, apesar dos desafios enfrentados pelos profissionais para se adequarem às mudanças propostas por esses normativos.

Posto isso, apresenta-se a seguir os procedimentos metodológicos que possibilitaram a realização deste estudo.

3 METODOLOGIA

Considerando as classificações propostas por Vergara (2006) e Andrade (2003), esta pesquisa pode ser classificada como descritiva quanto aos fins, pois tem como objetivo, investigar e descrever a percepção dos Técnicos Administrativos que atuam no setor de contabilidade da UFMG em relação à aplicabilidade e utilidade dos procedimentos de mensuração e reconhecimento dos ativos imobilizados de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP 07. Vergara (2006, p.47) explica que:

Pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. Pesquisa de opinião insere-se nessa classificação.

Andrade (2003) esclarece que a pesquisa descritiva procura observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos ou fenômenos sem interferência ou manipulação dos dados pelo pesquisador.

No que se refere à abordagem do problema, segundo Richardson (1999), a pesquisa pode ser dividida em qualitativa e quantitativa. Neste sentido o presente trabalho caracteriza-se como um estudo quantitativo uma vez que quantifica os dados coletados, a partir da utilização de ferramentas da estatística descritiva para interpretação dos resultados, no intuito de verificar a percepção dos servidores técnico-administrativos sobre a importância da mensuração e reconhecimento dos ativos imobilizados conforme a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP 07.

Para o levantamento dos dados foi realizada a aplicação de questionários (survey). De acordo com Baptista e Campos (2007) a pesquisa de levantamento ou *survey* caracteriza-se como uma pesquisa descritiva cujo objetivo é chegar à descrição, explicação e exploração do fenômeno proposto. “Ao fazer um levantamento, frequentemente se descreve como aparece naquela amostra aquele comportamento ou atitude. Pode-se chegar também a uma explicação para a presença daquele fenômeno e consegue-se explorar um tema que não está claro para o pesquisador”. (BAPTISTA e CAMPOS, 2007, p.82)

O objeto de estudo da pesquisa foi escolhido por conveniência e em virtude da relevância acadêmica e social que a Universidade Federal de Minas Gerais apresenta, haja vista que é a Universidade mais antiga do Estado. Após consulta ao Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF da UFMG foi possível quantificar a população em 92 servidores que ocupam cargos de Assistentes Administrativos, Técnicos em contabilidade e Contadores que atuam diretamente nas seções de contabilidade das 40 Unidades Acadêmicas e Especiais e a Divisão de Contabilidade da Universidade.

A UFMG é a universidade mais antiga do Estado de Minas Gerais e conforme disposto em seu Relatório de Gestão (UFMG, 2018), a instituição mantém participação acadêmica, científica, tecnológica e cultural com instituições nacionais e internacionais e constitui-se como forma de desenvolvimento regional, nacional e supranacional, buscando consolidar-se como universidade de excelência e relevância, reconhecida mundialmente. Destaca-se que a sua principal finalidade consiste na geração, desenvolvimento, transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Adicionalmente, foi apontada, em 2019, como a melhor universidade federal brasileira pela *Agência Times Higher Education* (THE)².

A coleta de dados foi realizada mediante a aplicação de questionário elaborada pela autora, baseado na pesquisa realizada por Silva e Rosa (2015). Conforme disposto por Baptista e Campos (2007), ao elaborar um questionário deve-se atentar para a clareza das questões para que o participante tenha facilidade de respondê-lo. Corroborando com esse entendimento, foi realizado pré-teste do instrumento aplicando-o em três servidores contadores que não fizeram parte da amostra e as sugestões apresentadas foram implementadas.

O questionário foi elaborado no *Google Forms* e enviado por e-mail aos 89 servidores técnico-administrativos lotados nas seções de contabilidade da UFMG. Foi realizado também contato via telefone para confirmação do recebimento do e-mail e para orientação quanto ao acesso ao respectivo questionário. O período de

² Agência *Times Higher Education* – THE – é um provedor de dados que fornece informações confiáveis sobre o desempenho das Universidades em todos os continentes do mundo. É a empresa responsável pela criação do Ranking das melhores Universidades do Mundo. Disponível em <https://www.timeshighereducation.com/about-us>

coleta dos dados ocorreu entre 20 de outubro a 20 de novembro de 2019, sendo obtidos 36 questionários respondidos, que representam a amostra desta pesquisa.

O questionário está estruturado em 4 blocos segregados da seguinte forma: primeiro bloco com a caracterização dos respondentes, no segundo bloco questões referentes ao conhecimento sobre o processo de convergências das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, no terceiro bloco questões para avaliar a percepção dos servidores da UFMG em relação a utilidade dos critérios de avaliação e mensuração do imobilizado e no quarto e último bloco a aplicabilidade da NBC TSP 07, a partir da percepção dos servidores em relação a alguns conceitos abordados nessa referida norma, bem como os critérios para reconhecimento e os métodos de mensuração da depreciação adotados pela instituição, conforme questões apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4 - Questões da pesquisa

BLOCO 1
1 - Qual a sua formação?
2 - Quanto tempo de experiência na área pública você tem?
BLOCO 2
3 - Qual seu nível de conhecimento sobre a implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP)?
4 - Você já participou de algum evento a respeito das NBC TSP?
5 - Você tem interesse em participar de eventos sobre as NBC TSP?
6 - Você sabe o que é o processo de convergência das normas internacionais aplicadas ao setor público?
7 - Você acredita que a convergência internacional no setor público resulta em benefícios para a administração pública?
BLOCO 3
8 - Qual o seu nível de conhecimento sobre a NBC TSP 07 em relação ao processo de mensuração e
9 - Qual a relevância dos critérios de mensuração e reconhecimento do ativo imobilizado apresentados na NBC TSP 07 no processo de geração da informação contábil de qualidade no setor público?
BLOCO 4
10 - Você sabe o que é a reavaliação de um ativo imobilizado?
11- Você sabe o que é redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo imobilizado?
12 - Você sabe como é mensurado o custo do item do ativo imobilizado na sua unidade?
13 - Qual o método de depreciação utilizado na sua instituição?
14 - Existem itens do ativo imobilizado de sua unidade que estão sendo utilizados, mas não estão sendo depreciados?
15 - Existem itens do ativo imobilizado de sua unidade que não estão sendo utilizados, mas estão sendo depreciados?

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

4 ANÁLISE DE DADOS

No intuito de conhecer as características dos respondentes, no primeiro bloco do questionário foram utilizadas perguntas direcionadas para a formação acadêmica e o tempo de experiência que eles apresentam na área pública, conforme os dados da Tabela 1.

Tabela 1 - Formação Acadêmica

Formação	Frequência	Percentual
Técnico em Contabilidade	3	8%
Graduação em Contabilidade	8	22%
Graduação em Outras áreas do Conhecimento	2	6%
Especialização em Contabilidade	12	33%
Especialização em outras áreas do conhecimento	8	22%
Mestrado em Contabilidade	1	3%
Mestrado em Outras áreas do conhecimento	2	6%
Total	36	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Analisando-se os dados apresentados na Tabela 1, verifica-se que a maior parte dos servidores técnico-administrativos, na ordem de 12 pesquisados, possuem especialização em Contabilidade (representando 33%); 22% dos respondentes apresentam graduação em contabilidade; 8% apresentam o curso técnico em contabilidade; e apenas uma pessoa possui mestrado em contabilidade. Nenhum servidor entrevistado possui doutorado. Destaca-se que, em algumas unidades, os servidores que atuam na seção de Contabilidade apresentam o cargo de assistentes administrativos e não possuem formação específica na área de contabilidade. Isso justifica os 6% de respondentes que apresentam graduação em outras áreas do conhecimento e aproximadamente 22%, ou seja, 8 servidores possuem especialização em outras áreas, e 2 servidores possuem mestrado em outra área (6%). Em face do exposto, constata-se que aproximadamente 67% da amostra é composta por servidores que apresentam alguma formação na área de Contabilidade e 33% em outras áreas do conhecimento.

Dando continuidade à análise do primeiro bloco, os dados da Tabela 2 evidenciam o tempo de atuação na área pública.

Tabela 2 - Tempo de Experiência na Área Pública

Tempo de Experiência	Frequência	Percentual
Menos de 1 ano	1	3%
De 01 a 05 anos	10	28%
De 06 a 10 anos	11	31%
De 11 a 15 anos	6	17%
Mais de 15 anos	8	22%
Total	36	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Dos 36 respondentes, 8 informaram que apresentam mais de 15 anos de experiência na área pública (22%). A maior parte dos pesquisados, aproximadamente 31%, informaram que possuem entre 06 e 10 anos de atuação neste segmento. Apenas um servidor atua há menos de um ano na área pública, 10 servidores estão nas faixas de 01 a 05 anos, representando 28%, e 6 servidores apresentam entre 11 e 15 anos de serviço público. Nesse contexto, observa-se que mais da metade da amostra apresenta entre 01 e 10 anos de atuação no serviço público.

No segundo bloco do questionário, buscou-se evidenciar o nível de conhecimento dos servidores sobre o processo de implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e de Convergência das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público através da aplicação de 5 perguntas: a primeira referente ao nível de conhecimento sobre a implementação das NBC TSP, a segunda e a terceira procurando verificar se o respondente já participou de eventos que abordam essa temática e se eles teriam interesse de participar. A quarta pergunta indagando se o servidor tem conhecimento sobre o processo de Convergência das Normas Internacionais Aplicadas ao Setor Público e a quinta e última pergunta querendo saber se o pesquisado acredita que a convergência internacional no setor público resulta em benefícios para a administração pública.

A Tabela 3 demonstra o nível de conhecimento dos servidores TAEs em relação às NBC TSP.

Tabela 3 - Nível de Conhecimento sobre a implementação da NBC TSP

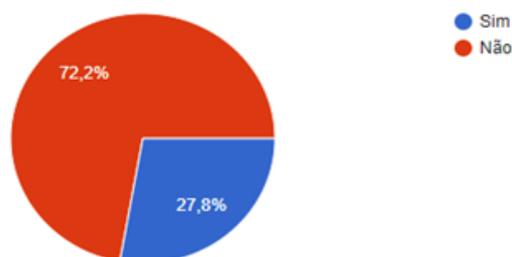
Nível de Conhecimento	Frequência	Percentual
Fraco	9	25%
Regular	9	25%
Bom	16	44%
Muito Bom	2	6%
Total	36	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Os dados da Tabela 3 indicam que 44% dos servidores que atuam nas seções de Contabilidade da UFMG possuem um nível bom de conhecimento sobre a implementação das normas contábeis aplicadas ao setor público; 6% apresentam um nível muito bom; mas 50% deles declararam ter um nível de conhecimento de fraco a regular. Isso evidencia a necessidade da instituição em fornecer treinamento e capacitação para esses servidores, tendo em vista a importância da implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Ao questionar os servidores sobre sua participação em algum evento a respeito das NBC TSP, apenas 27,8% responderam sim e 72,2% responderam não, conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1: Participação em eventos a respeito das NBC TSP.



Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Nesse contexto, ressalta-se que a maioria dos servidores técnico-administrativos que atuam nas seções de Contabilidade da UFMG necessita de cursos de capacitação sobre essa temática, haja vista a responsabilidade desses

servidores em relação ao controle e a execução dos recursos orçamentários e financeiros da instituição, considerando ainda, que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Economia, tem exigido cada vez mais das instituições públicas ações para a implementação e adequação dos procedimentos contábeis a partir das NBC TSP. Cavalcante (2017) afirma que o profissional bem qualificado poderá enfrentar com mais tranquilidade e empenho as mudanças oriundas dos processos de Convergência Internacional de Contabilidade no Setor Público.

Em complementação à pergunta supracitada foi questionado o interesse dos respondentes em participar de eventos sobre as Normas Contábeis Aplicadas ao Setor Público, conforme evidenciado na Tabela 4.

Tabela 4 - Interesse em participar de eventos sobre as NBC TSP.

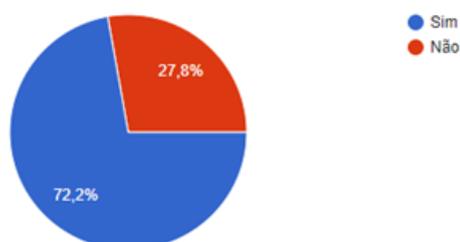
Resposta	Frequência	Percentual
Sim	29	81%
Não	2	6%
Talvez	5	14%
Total	36	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Os resultados demonstraram que 81 % relataram que sim, possuem interesse em participar, 14% responderam que talvez e apenas 6% dos servidores indicaram que não teriam interesse em participar desse tipo de evento. Pode-se perceber que os respondentes são receptivos em relação à participação em programas de capacitação e treinamento. Esse achado destaca a importância da Instituição na promoção de eventos e na gestão do conhecimento.

Na Figura 2 evidencia-se o conhecimento dos respondentes sobre o processo de Convergência das Normas Internacionais Aplicadas ao Setor Público.

Figura 2: Conhecimento sobre o processo de Convergência das Normas Internacionais Aplicadas ao Setor Público



Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Dos 36 respondentes, 26 afirmaram que apresentam conhecimento sobre o Processo de Convergência nas Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, representando 72% da amostra, e 10 servidores relataram que não. Esses servidores foram direcionados automaticamente para o terceiro bloco de perguntas. Esse processo de convergência à partir da criação do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais é um importante passo para que a Contabilidade Aplicada ao Setor Público se aproxime da contabilidade privada, deixando de ser apenas um meio para o cumprimento de normas e prazos legais para se transformar em um instrumento de previsão, controle e avaliação crítica das operações desenvolvidas pelos órgãos e entidades e que possam afetar o patrimônio público (FENACON, 2017).

Os servidores foram também questionados sobre a sua crença em relação aos benefícios do Processo de Convergência Internacional de Contabilidade do Setor Público, conforme evidenciado na Tabela 5.

Tabela 5 - Crença em que a Convergência Internacional do Setor Público resulta em benefícios para a Administração Pública

Resposta	Frequência	Percentual
Sim	24	92%
Não	0	0%
Não Sei	2	8%
Total	26	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Os resultados demonstraram que dos 26 respondentes que afirmaram que conhecem o processo, 92% deles acreditam que a Convergência Internacional da Contabilidade do Setor Público resultará em benefícios para a Administração Pública e apenas 8% dos servidores não souberam informar. Em face do exposto verifica-se que os servidores percebem de forma positiva o processo de convergência no setor público, ainda que muitos necessitem de capacitação e treinamento para melhor se adaptarem às mudanças propostas pelo Plano de Convergência.

No terceiro bloco, os servidores foram questionados quanto ao nível de conhecimento sobre a NBC TSP 07 no que diz respeito ao processo de mensuração e reconhecimento de um item do ativo imobilizado, conforme demonstrado na Tabela 6.

Tabela 6 - Nível de conhecimento sobre a NBC TSP 07 em relação ao processo de mensuração e reconhecimento de um item do ativo imobilizado

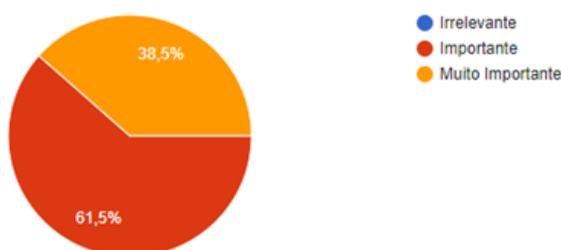
Nível de Conhecimento	Frequência	Percentual
Não possui	10	27,8%
Iniciante	14	38,9%
Intermediário	11	30,6%
Avançado	1	2,8%
Total	36	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Dos 36 respondentes, apenas um servidor, 2,8% da amostra, possui o nível avançado de conhecimento em relação ao processo de mensuração e reconhecimento de um item do ativo imobilizado aplicados ao setor público de acordo com a NBC TSP 07. Pode-se perceber que a maior parte dos respondentes ou são iniciantes ou são intermediários em nível de conhecimento, totalizando 25 pesquisados, ou seja, 69,5% da amostra. E 10 pesquisados informaram que não possuem qualquer conhecimento a respeito dessa NBC TSP, representando 27,8% dos servidores. Portanto, 66,7% dos servidores ou são iniciantes ou não apresentam qualquer conhecimento a respeito dessa temática o que confirma a necessidade de capacitação e aperfeiçoamento técnico dos servidores em relação às NBC TSP, em especial a 07, conforme já relatado nesta pesquisa.

A Figura 3 reflete a relevância dos critérios de mensuração e reconhecimento do ativo imobilizado apresentados na NBC TSP 07 como procedimentos que melhoram a qualidade da informação gerada no setor público.

Figura 3: Relevância dos critérios de mensuração e reconhecimento do ativo imobilizado apresentados na NBC TSP 07 no processo de geração da informação contábil de qualidade no setor público



Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Os percentuais apresentados na Figura 3 demonstram que dos 26 respondentes que afirmaram que conhecem o processo 61,5% deles consideram importantes os critérios de mensuração e reconhecimento do ativo imobilizado previstos na NBC TSP 07 para a geração de informações contábeis de qualidade no setor público, e 38,5% dos pesquisados consideram que esses critérios são muito importantes, apesar da maioria deles não possuir ou possuir pouco conhecimento sobre ela.

Destarte observa-se que a aplicação dos critérios de mensuração e reconhecimento do ativo imobilizado descritos na NBC TSP 07 são importantes para a geração de informação contábeis de qualidade, melhorando assim a transparência e a evidenciação das operações realizadas pelos entes públicos, principalmente em relação a esses itens.

O quarto bloco de questionamentos procurou verificar a percepção dos servidores sobre alguns conceitos abordados na NBC TSP 07, a aplicabilidade dos critérios para reconhecimento e os métodos de mensuração da depreciação na UFMG. A Tabela 7 busca evidenciar se os pesquisados apresentam conhecimento em relação ao método de reavaliação do ativo, tendo em vista que esse termo está presente na estrutura dos relatórios de movimentação de bens emitidos pelo

Sistema Interno de Controle Patrimonial – SICPAT da Instituição, entretanto a Universidade ainda não adotou esse método para recomposição dos valores dos seus bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio da instituição, conforme disposto no Relatório de Gestão da UFMG (2018).

Tabela 7 - Conhecimento sobre o método de reavaliação do ativo

Resposta	Frequência	Percentual
Sim	27	75%
Não	9	25%
Total	36	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

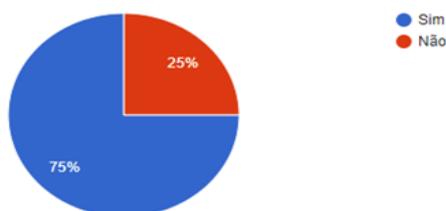
Os dados da Tabela 7 refletem que 75% dos servidores das seções de Contabilidade da UFMG apresentam conhecimento sobre o método de reavaliação do ativo imobilizado e 25% desconhecem esse método. Cabe ressaltar que existe a possibilidade de ter algum respondente que afirmou saber o que é o método de reavaliação do ativo, mas na verdade não possui tal conhecimento, já que 27,8% dos respondentes assinalou ter pouco ou nenhum conhecimento sobre a NBC TSP 07. Isso pode ocorrer em virtude de fatores como: medo, desvalorização profissional ou receio de qualquer julgamento negativo, conforme afirma Cavalcante (2017).

De acordo com o Relatório de Gestão da UFMG (2018, p.67) “os bens imóveis necessitam de reavaliação, em conformidade com as orientações da Subsecretaria de Contabilidade Pública/STN, de forma a atender ao processo de convergência às NBC TSP – quanto à correta evidenciação de ativos da entidade”.

A inclusão dessa questão no formulário se deu em virtude dessa preocupação da Instituição em se adequar aos Normativos Contábeis. Portanto, para que haja uma maior eficiência nos procedimentos que serão adotados pela Universidade para atender às exigências dos órgãos reguladores quanto ao processo de convergência contábil, e considerando que 25% dos respondentes não conhecem tal método, faz-se necessária a capacitação de todos os servidores que atuam nas seções de Contabilidade, uma vez que a apropriação dos valores resultantes dos processos de reavaliação dos itens que compõem o ativo imobilizado será executada por eles, oportunamente.

A segunda pergunta do quarto bloco diz respeito ao conhecimento dos servidores em relação a outro conceito abordado pela NBC TSP 07 que se refere à Redução ao Valor Recuperável do Ativo Imobilizado, conforme disposto na Figura 4.

Figura 4: Conhecimento sobre redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo imobilizado?



Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

De acordo com a Figura 4, 25% da amostra desconhece o que é a redução ao valor recuperável de um ativo imobilizado, ou seja, em números absolutos isso representa 9 servidores e 75% dos respondentes (27) tem algum conhecimento a respeito desse método.

Esse achado reforça o que já foi apresentado anteriormente neste estudo, sobre a importância do apoio Institucional nos processos de treinamento e capacitação dos servidores envolvidos com as seções de Contabilidade da Universidade, tendo em vista a relevância das informações geradas por esses profissionais no processo de tomada de decisão dos entes públicos envolvidos com essa instituição, assim como a correta evidenciação dos ativos da entidade, principalmente para a sociedade.

Para facilitar a análise e o entendimento dos dados obtidos nas quatro últimas perguntas do questionário, apresenta-se a seguir a descrição do processo operacional de apropriação dos valores dos ativos imobilizados da Universidade Federal de Minas Gerais, bem como a mensuração e reconhecimento da sua depreciação.

Os servidores técnico-administrativos que atuam nas seções de contabilidade da UFMG são responsáveis pela apropriação/liquidação e pagamento das notas fiscais no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI referentes às

aquisições de bens que compõem o imobilizado da instituição. As entradas no referido sistema podem ser via aquisição, ou seja, compra dos itens do ativo imobilizado, doação de outras instituições públicas, privadas ou pessoas físicas, bem como por transferência entre unidades.

O item ao chegar à Unidade é tombado pelo Setor de Patrimônio, responsável por identificá-lo, atribuindo-lhe uma plaqueta com o número do patrimônio e lançá-lo no Sistema Interno de Controle Patrimonial – SICPAT. Caso seja livro, o item é recebido e catalogado por servidor responsável na Biblioteca e posteriormente lançado no sistema Pergamum, sistema esse responsável pelo controle do acervo bibliográfico da UFMG. Se a entrada for por aquisição, a Nota Fiscal atestada é encaminhada à Seção de Contabilidade para lançamento no SIAFI e assim compor o saldo patrimonial das demonstrações contábeis quanto aos itens do ativo imobilizado.

Destaca-se que, para as modalidades de aquisição e doação, o custo do item a ser incorporado é o custo histórico registrado na Nota Fiscal, considerando todos os custos necessários para colocação do bem em uso, tais como frete, custos de instalação e montagem, de acordo com o disposto na NBC TSP 07. No fechamento mensal, a seção de patrimônio disponibiliza para a Seção de Contabilidade o Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB da unidade para que o servidor dessa seção efetue os lançamentos patrimoniais de entradas por doação, seguindo para tanto os contratos de doação, transferência e apropriação da Depreciação, bem como a conferência dos saldos do RMB com os saldos contábeis do SIAFI.

Ressalta-se que a depreciação é gerada pelo SICPAT, de acordo com o saldo dos bens móveis apropriados nesse respectivo sistema. Portanto, a contabilidade efetua os lançamentos dos valores mensais referentes à depreciação, de acordo com o relatório de depreciação disponibilizado pelo setor de Patrimônio e pela Biblioteca (a depreciação relativa ao acervo bibliográfico é gerada pelo sistema Pergamun).

A partir dos processos relatados acima, foram elaboradas as perguntas referentes à aplicabilidade da NBC TSP 07 relativas à percepção dos servidores em relação à mensuração do Custo do Item do ativo imobilizado, o reconhecimento e o método de mensuração da depreciação utilizado pela Universidade.

Tabela 8 - Conhecimento em relação a mensuração do custo do item do ativo imobilizado na Instituição.

Resposta	Frequência	Percentual
Sim	15	42%
Não	21	58%
Total	36	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Analisando a Tabela 8, constatou-se que 58% dos servidores (21) fazem a apropriação no sistema dos valores dos itens do imobilizado, mas desconhecem como é mensurado o seu custo, e 42%, ou seja, 15 pesquisados tem conhecimento de como o custo desses ativos é mensurado. Pode-se perceber nesses dados que o automatismo dos procedimentos realizados pelos técnico-administrativos que atuam na seção de Contabilidade e sua falta de capacitação em relação aos normativos contábeis aplicados ao Setor Público contribuem para tal desconhecimento.

Conforme citado anteriormente, o manual do SIAFI (2017) determina que o método utilizado para o cálculo da depreciação em toda a Administração Pública, autárquica e fundacional será o das quotas constantes, ou método linear. Considerando que a UFMG é uma Autarquia Federal, e seguindo essa premissa, a instituição utiliza o método de quotas constantes para mensuração dos encargos de depreciação dos itens que compõe o seu ativo imobilizado.

Nesse contexto, a Tabela 9 apresenta os resultados sobre o Método de Depreciação utilizado pela instituição.

Tabela 9 - Conhecimento sobre o Método de Depreciação utilizado pela Instituição.

Método	Frequência	Percentual
Método Linear ou Quotas Constantes	15	41,7%
Método dos Saldos Decrescentes	1	2,7%
Método de unidades produzidas	0	0,0%
Não sei	20	55,6%
Total	36	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Analisando essa pergunta, constata-se na Tabela 9 que a maior parte dos pesquisados (20), aproximadamente 56% informaram que não sabiam qual o método adotado, 15 respondentes informaram o método linear ou quotas constantes

(41,7%) e apenas um servidor informou o método dos saldos decrescentes (2,7%). Destarte, observa-se que apesar dos servidores efetuarem, mensalmente, a apropriação no sistema SIAFI dos encargos de depreciação evidenciados no Relatório de Movimentação de Bens, a maioria não apresenta conhecimento do método utilizado pela instituição para geração de tal informação.

Partindo dos resultados supracitados pode-se destacar que o automatismo das atividades realizadas pelos respondentes associados aos sistemas que já são parametrizados para que qualquer usuário possa operá-lo, independente da sua formação, corroboram para esse desconhecimento. Os valores de depreciação estão sendo apropriados pela seção de contabilidade, conforme RMB e relatório de Depreciação emitido pelo Pergamum, no entanto, pode-se dizer, com base nos dados obtidos, que na maioria das Unidades os saldos não estão sendo verificados.

Em outras palavras, se o servidor desconhece o método de apuração da depreciação, não é possível conferir e validar se os valores e a composição do saldo de depreciação registrados no Balanço Patrimonial e conseqüentemente na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP - da entidade são condizentes com os valores dos bens registrados no imobilizado.

Nesse contexto, conforme disposto no Relatório de Gestão da UFMG (2018) a depreciação foi implantada pela Universidade no exercício de 2010, no entanto os bens adquiridos até 2009 permanecem com valores históricos, conseqüentemente não representam uma base monetária confiável para a aplicação dos procedimentos de depreciação. Para adequada apropriação dos encargos de depreciação faz-se necessário a aplicação do método de reavaliação.

As duas últimas perguntas do quarto bloco referem-se aos critérios de reconhecimento da depreciação estabelecidos na NBC TSP 07 e elas foram elaboradas para verificar se os critérios de reconhecimento da depreciação estão sendo aplicados na UFMG, conforme Tabelas 10 e 11.

Tabela 10 - Existência de itens do ativo imobilizado que estão sendo utilizados, mas não estão sendo depreciados.

Resposta	Frequência	Percentual
Sim	5	13,9%
Não	11	30,5%
Não Sei	20	55,6%
Total	36	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Os resultados demonstrados na Tabela 10 indicam que 13,9% dos respondentes sabem que existem itens do ativo imobilizado que estão sendo utilizados, mas que não estão sendo depreciados, 30,5% dos servidores afirmam que não existem itens nessa condição e 55,6% não souberam informar.

Conforme apresentado anteriormente, de acordo com a NBC TSP 07 (2017, p.27) “a depreciação do ativo se inicia quando esse está disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento, na forma pretendida pela administração”. Seguindo esse critério de mensuração, constata-se que existem itens na Universidade que estão sendo utilizados, mas não estão sendo depreciados. Deve-se a posteriori, investigar os motivos pelos quais esses itens não estão atendendo aos critérios dispostos nas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

A última pergunta do questionário buscou evidenciar se existem nas Unidades que compõem a UFMG itens do ativo imobilizado que não estão sendo utilizados, mas estão sendo depreciados. Os resultados estão consolidados na Tabela 11.

Tabela 11 - Existência de itens do ativo imobilizado que não estão disponíveis para uso, mas estão sendo depreciados.

Resposta	Frequência	Percentual
Sim	6	17%
Não	7	19%
Não Sei	23	64%
Total	36	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Os dados da Tabela 11 mostram que 17% dos respondentes afirmaram que existem nas Unidades itens do ativo imobilizado que não estão disponíveis para

serem utilizados, mas estão sofrendo depreciação, 64% não souberam informar e 19% dos servidores afirmaram que não existem itens no imobilizado com essa condição.

Reitera-se, conforme disposto na NBC TSP 07 que a depreciação se inicia quando o item do ativo imobilizado está disponível para uso, portanto, existem algumas Unidades que não estão seguindo os preceitos dispostos nesse normativo, no que se refere ao reconhecimento da depreciação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscou-se investigar a percepção dos Técnico-administrativos lotados nas seções de Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais em relação ao reconhecimento e a mensuração dos ativos Imobilizados conforme disposto na NBC TSP 07.

Os resultados do estudo evidenciaram que mais da metade da amostra desconhece o método de depreciação utilizado pela Instituição. O que pode ser explicado em parte, pela automatização promovida pelos Sistemas Integrados utilizados pelos Órgãos da Administração Pública Federal, bem como a parametrização a partir da utilização de códigos que facilitam o processo de apropriação da informação contábil, entretanto, podem levar a acomodação do profissional que atua nas seções de Contabilidade, por não exigir daqueles que executam tais procedimentos o conhecimento aprofundado das técnicas que dão origem aos dados que estão sendo contabilizados.

Constatou-se também que há um desconhecimento por parte de alguns servidores do processo como um todo, ou seja, a consolidação das informações geradas por cada uma das Unidades no Relatório de Gestão e nas demonstrações contábeis divulgadas pela instituição, pois nesses instrumentos estão evidenciadas as principais práticas contábeis aplicadas ao Setor Público adotadas pela Universidade.

É importante destacar a necessidade de despertar o pensamento crítico dos servidores que atuam nas seções de contabilidade da Universidade a partir de cursos de educação continuada e treinamentos para capacitação, tendo em vista a complexidade das mudanças propostas pelo Processo de Convergência Internacional de Contabilidade Aplicada ao setor Público, e os achados desse estudo, no qual aproximadamente 30% da amostra, desconhecem tal processo. Faz-se mister ressaltar a importância do apoio da Instituição nesse processo de divulgação e melhoria do conhecimento entre os profissionais que atuam nesse segmento.

Todavia, o estudo evidenciou que os servidores acreditam que o Processo de Convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público influenciou de forma positiva na qualidade das informações geradas e se mostraram interessados em aprender ou mesmo melhorar os seus conhecimentos a respeito dessa temática.

Outro aspecto relevante dessa pesquisa é a questão de se ter alocado nas seções de Contabilidade da Universidade servidores técnico-administrativos que não possuem formação específica em contabilidade, o que pode estar relacionado ao percentual significativo de pesquisados que não apresentam conhecimento a respeito das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial a NBC TSP 07. Cabe lembrar, que podem haver servidores que declararam ter conhecimento, mas na verdade não o possuem e por medo ou receio de um julgamento negativo, informaram que possuíam tal conhecimento.

Os resultados obtidos nessa pesquisa são condizentes com os achados obtidos por Cavalcante (2017) em seu estudo realizado com os servidores do Instituto Federal de Alagoas – IFAL, convergindo para a ideia da necessidade de capacitação dos servidores e de acompanhamento do processo de convergência, uma vez que existem em ambos os estudos um percentual elevado de servidores que desconhecem as NBC TSP.

Ressalta-se que este estudo se limita pelo tamanho da amostra, uma vez que nem todos os servidores que atuam nas seções de Contabilidade da UFMG responderam ao questionário; por apresentar os dados de um órgão específico da Administração Federal; e por conter no questionário questões com um maior grau de subjetividade.

Como sugestões para futuras pesquisas, destaca-se a investigação da percepção dos servidores em outros órgãos públicos em relação à NBC TSP 07, ampliando assim a amostra, realização de entrevistas para identificação das limitações observadas pela Universidade para adequação a alguns critérios do Processo de Convergência Contábil, e outros estudos que busquem avaliar com maior objetividade a percepção dos servidores em relação aos normativos contábeis, em especial a NBC TSP 07.

REFERÊNCIAS

Andrade, M. M.(2003). Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas.

Baptista, M. N.; Campos, D. C.(2007). Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos. xx, 299 p.

Brasil. (2010) Manual SIAFI. Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/index.php?option=com_content&view=article&id=1565:020330-depreciacao-amortizacao-e-exaustao-na-adm-dir-uniao-aut-e-fund&catid=749&Itemid=376>. Acesso em 28 de agosto de 2019.

Brasil. (2008) Portaria Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/portariasministerial/2008/portaria184>>. Acesso em 28 de agosto de 2019.

Carvalho, D.; Ceccato, M.(2011). Manual completo de contabilidade pública. Rio de Janeiro: Elsevier.

Cavalcante, G. M.; Aquino, M. M. F.; Israel, S. M. B.; Ceolin, A. C. (2017). Práticas contábeis no setor público: A percepção dos contabilistas do IFAL sobre a aplicação da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NCB TSP 16.10. Revista de Informação Contábil – ISSN 1982-3967 – Vol. 11, nº 2, p. 1-18. Abr-Jun/2017.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. Normas Internacionais de Contabilidade para o setor público. (2019) Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>>. Acesso em: 07 set. 2019.

_____ Conselho Federal de Contabilidade. NBC TSP – 07 Ativo. (2016). Disponível em:

<http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTSP07&arquivo=NBCTSP07.docx> Acesso em: 07 set. 2019.

_____. Conselho Federal de Contabilidade. NBC TSP - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. (2016) Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTSPEC&arquivo=NBCTSPEC.doc> Acesso em: 07 set. 2019.

Fenacon. (2017) Plano de convergência na contabilidade pública prevê implantação de procedimentos até 2021. Disponível em Acesso em 23 de Novembro de 2019.

Kohama, H. (2006). Contabilidade publica: teoria e pratica. 10a ed. São Paulo: Atlas. 352p.

Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964. Institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.

Lima, D. V.; Castro, R. G.(2007) Contabilidade pública: integrando união, estados e municípios (Siafi e Siafem). 3. ed. São Paulo: Atlas.

Marques, L. T. (2017) Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: Um estudo sobre a implementação em Universidades Federais Brasileiras. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais.

Morás, V. R.; Klann, R. C. (2018). Percepção dos contadores públicos do Estado de Santa Catarina em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 15, n. 36, p. 49-76.

Nascimento, L. S. (2007). A reforma da contabilidade Governamental Brasileira: A necessária revisão dos preceitos vigentes em face das demandas de informações e do esforço de harmonização nacional e internacional. Brasília: ESAF, 2007. Monografia premiada com o terceiro lugar no XII Prêmio Tesouro Nacional.

Piccoli. M. R.; Klann, R. C. (2015) A percepção dos contadores públicos em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Revista do Serviço Público, v. 66, n. 3, p. 425-448.

Ribeiro, C. M. A.; Bizerra, A.L.V. (2011) Convergência Contábil na Administração Pública Federal: o Caso das Instituições Federais de Ensino do

Estado do Rio de Janeiro. Revista Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 13, n. 52, p. 55 - 64, set/dez. 2011.

Richardson, R. J. (1999) Pesquisa social: métodos e técnicas. 2ª ed. São Paulo: Atlas.

Silva, A.; Macedo, M.; Sauerbronn, F.; Szuster, N.(2012). Avaliação de ativos imobilizados no setor público: estudo de caso em uma organização militar da Marinha do Brasil. Revista de Informação Contábil, v. 6, n. 3, p. 51-73.

Silva, L.; Rosa, F. (2015) Aspectos de convergência da contabilidade no setor público: um enfoque sobre a implantação do sistema de custos segundo a percepção de contadores municipais do Estado de Santa Catarina. In: Congresso Brasileiro de Custos, 22. **Anais...** Foz do Iguaçu.

Secretaria do Tesouro Nacional - STN. (2018) Manual de contabilidade aplicada ao setor público. – 8. ed. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU_MCASP+8%C2%AA%20ed+-+publica%C3%A7%C3%A3o_com+capa_3vs_Errata1/6bb7de01-39b4-4e79-b909-6b7a8197afc9. Acesso em: 07 de setembro de 2019

Universidade Federal de Minas Gerais– UFMG. (2018) Relatório de Gestão 2018. Disponível em: https://www.ufmg.br/proplan/wp-content/uploads/UFMG_Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-2018.pdf. Acesso em 22 de novembro de 2019.

Vergara, S. C. (2006). Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 10. ed. São Paulo: Atlas.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Pesquisa sobre a Percepção dos TAEs em relação a NBC TSP 07

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “A percepção dos Técnico-Administrativos lotados nos setores de contabilidade da UFMG sobre a aplicação da Norma Brasileira de Contabilidade aplicada ao Setor Público – NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado”. Nesta pesquisa pretendemos investigar a percepção dos Técnico-administrativos lotados nas seções de contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais em relação ao reconhecimento e a mensuração dos ativos Imobilizados conforme disposto na NBC TSP 07. A pesquisa é coordenada pela Professora Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, do Departamento de Ciências Contábeis da FACE/UFMG. Para esta pesquisa será adotado como procedimento metodológico a aplicação de questionário.

A sua participação neste estudo é voluntária, portanto de livre escolha. Os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual. Você não será identificado (a) nas publicações que possam resultar desta pesquisa, nas quais os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira, utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Você acessará o formulário, somente se aceitar este termo de consentimento.

***Obrigatório**

Declaro que li o consentimento acima e estou disposto(a) a participar desta pesquisa *

- Sim
 Não *Pare de preencher este formulário.*

I. Qual a sua formação? *

- Nível Fundamental
 Nível Médio
 Técnico em Contabilidade
 Graduação em Contabilidade
 Graduação em outras áreas do conhecimento
 Especialização em Contabilidade
 Especialização em outras áreas do conhecimento

- Mestrado em Contabilidade
- Mestrado em outras áreas do Conhecimento
- Doutorado em Contabilidade
- Doutorado em outras áreas do conhecimento
- Pós-doutorado em Contabilidade
- Pós-doutorado em outras áreas do conhecimento

2.Quanto tempo de experiência na área pública você tem? *

- Menos de 01 ano
- De 01 a 05 anos
- De 06 a 10 anos
- De 11 a 15 anos
- Mais de 15 anos

3.Qual seu nível de conhecimento sobre a implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP)? *

- Fraco
- Regular
- Bom
- Muito Bom

4.Você já participou de algum evento a respeito das NBC TSP? *

- Sim
- Não

5.Você tem interesse em participar de eventos sobre as NBC TSP? *

- Sim
- Não
- Talvez

6.Você sabe o que é o processo de convergência das normas internacionais aplicadas ao setor público? *

- Sim
- Não *Ir para a pergunta 8.*

7.Você acredita que a convergência internacional no setor público resulta em benefícios para a administração pública? *

- Sim
- Não
- Não sei

8.Qual o seu nível de conhecimento sobre a NBC TSP 07 em relação ao processo de mensuração e reconhecimento de um item do ativo imobilizado? *

Não possuo *Ir para a pergunta 10.*

Iniciante

Intermediário

Avançado

9. Qual a relevância dos critérios de mensuração e reconhecimento do ativo imobilizado apresentados na NBC TSP 07 no processo de geração da informação contábil de qualidade no setor público? *

Irrelevante

Importante

Muito Importante

10. Você sabe o que é a reavaliação de um ativo imobilizado? *

Sim

Não

11. Você sabe o que é redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo imobilizado?

Sim

Não

12. Você sabe como é mensurado o custo do item do ativo imobilizado na sua unidade? *

Não

Sim

13. Qual o método de depreciação utilizado na sua instituição? *

Método Linear ou quotas constantes

Método dos saldos decrescentes

Método de unidades produzidas

Não sei

14. Existem itens do ativo imobilizado de sua unidade que estão sendo utilizados, mas não estão sendo depreciados? *

Sim

Não

Não sei

15. Existem itens do ativo imobilizado que não estão disponíveis para uso, mas estão sendo depreciados? *

Sim

Não

Não sei